

Reflexões sobre o Serviço Social Brasileiro e a Decolonialidade: Uma Pesquisa Bibliográfica

Reflections on Brazilian Social Work and decoloniality: a bibliographical research

Nídia Gizelli de Oliveira Fernandes¹

Carlos Roberto da Silveira²

Marcia Aparecida Amador Mascia³

RESUMO: Este trabalho objetivou refletir sobre as relações entre o Serviço Social brasileiro e a decolonialidade. A pesquisa bibliográfica foi a metodologia adotada e realizada a partir de buscas no Scielo, Google Acadêmico e Periódicos Capes. Verificou-se que o debate decolonial é incipiente no Serviço Social, que ele não compõe a formação profissional. No entanto, há um movimento inicial em direção à abordagem decolonial, conforme indicado pelos estudos levantados, especialmente na análise da Questão Colonial e da Questão Social. Estes aspectos ressaltam a urgência de realizar investigações mais detalhadas sobre esses temas, visando contribuir para um novo paradigma profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social, Debate Decolonial, Levantamento Bibliográfico.

ABSTRACT: This work aimed to reflect on the relationships between Brazilian Social Work and decoloniality. Bibliographic research was the methodology adopted, and searches were conducted on the Scielo, Google Scholar, and Capes Journals platforms. It was found that the decolonial debate is incipient in Social Work, not being part of professional training. However, there is an initiative movement towards a decolonial approach, as indicated by studies, especially in the analysis of the Colonial and Social Issues. These aspects emphasize the urgency of conducting in-depth investigations into these topics, aiming to contribute to a new professional paradigm.

KEYWORDS: Social Issues, Decolonial Debate, Bibliographic Survey.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade São Francisco (USF – Itatiba/SP). Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP – São Paulo/SP). Tutora do curso de Serviço Social da Universidade São Francisco (USF – Bragança Paulista/SP). Participa do Grupo Foucaultianos e Educação da Universidade São Francisco (USF), certificado pelo CNPq. ORCID Link: <https://orcid.org/0009-0004-6056-4032>. E-mail: nigizelli@gmail.com

² Pós-doutor pela Universidade dos Açores (UAç- Portugal). Pós-Doutor em Educação pela Universidade São Francisco (USF- Itatiba/SP- Brasil). Doutor em Filosofia pela PUC-SP- Brasil. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação (USF- Itatiba- SP). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Educação e Teorias Críticas Latino-Americanas (GPETECLA), Membro Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar da Criança e do Adolescente (NICA), da Universidade do Açores (UAç- Portugal). ORCID Link: <https://orcid.org/0000-0002-1003-0014>. E-mail: carlosilveir@yahoo.com.br

³ Pós-Doutoramento pela Universidade de Wisconsin-Madison, no departamento de Curriculum and Instruction, Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp. Atua como professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (USF- Itatiba). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Foucaultianos e Educação. Editora de texto da Revista Horizontes-USF. Editora da série de livros (Post-)Critical Global Childhood Youth Studies (Peter Lang). Bolsista PQ E. CNPq. 2023-2026. ORCID Link: <https://orcid.org/0000-0001-5305-7332>. E-mail: marciaaam@uol.com.br



1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado dos estudos realizados no Programa de Pós-graduação em Educação, em nível de doutorado, da Universidade São Francisco cujas discussões e leituras proporcionaram reflexões sobre as relações entre o Serviço Social e a decolonialidade. A partir disso, questionamentos foram suscitados como: o Serviço Social brasileiro se relaciona com a decolonialidade? De que maneira o Serviço Social brasileiro se relaciona com a decolonialidade? Há artigos publicados que abarcam essa temática: Serviço Social e decolonialidade? Caso haja produções, quais as perspectivas trazidas acerca dessa relação?

Sendo assim, esse artigo, construído com o intuito de responder a esses questionamentos, entendendo a relação entre o Serviço Social e a decolonialidade, conta com revisão teórica que apresenta primeiramente “o Serviço Social no Brasil e as influências que o constituíram” e posteriormente a perspectiva decolonial, sendo esta explicitada a partir dos pensadores decoloniais.

É importante ressaltar que o Serviço Social brasileiro é uma profissão que tem sua gênese no início do século XX e que sofreu influência direta, ampla e profunda das epistemologias no Norte. Esteve ligado por décadas ao conservadorismo e sua gênese se mistura com ele e, por isso, sofreu influência direta da Igreja Católica. Há, nos primórdios da profissão, características assistencialistas, higienistas, abarcando inclusive práticas de puericultura. Inicialmente a profissão foi influenciada pelos pensadores/autores e pela perspectiva profissional europeia e, a partir da década de 1940, sofreu influência do Serviço Social Norte-Americano. Na década de 1970, acontece o Movimento de Reconceituação do Serviço Social que acaba por conduzir a profissão à ruptura com o conservadorismo entranhado na prática profissional, assumindo um compromisso ético e político frente à Questão Social⁴ e à classe trabalhadora, se alinhando ao marxismo. Na atualidade, emergem estudos que buscam apreender, analisar, ler e desvelar o objeto de intervenção do Serviço Social a partir das Epistemologias do Sul, lançando mão do pensamento decolonial para apreender a Questão Social, para proceder a análise conjuntural da sociedade.

A decolonialidade é um movimento que emerge na América Latina e que consubstancia na crítica e no enfrentamento às colonialidades (ser, saber e poder) impostas e reprodutoras do pensamento eurocêntrico. O eurocentrismo consiste, segundo Dussel (1993a), na crença e no fazer dos povos do Norte de que são superiores aos povos do Sul, por essa razão teriam o direito

⁴ Questão Social será escrita com as iniciais em letras maiúsculas por se tratar de uma categoria conceitual estudada e abordada no Serviço Social.



absoluto de subalternizar os dominados. Esses dominados, o outro-povo, não teriam direitos. Há ainda uma sacralização, um enaltecimento dos povos do Norte (inclusive por eles próprios) encontrando eco nos povos do Sul. Os primeiros são inclusive apreendidos como aqueles que trazem o desenvolvimento.

O Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) foi constituído no final dos anos 1990 por intelectuais latino-americanos, espalhados por várias universidades das Américas. As reflexões procedidas por tais pesquisadores assentam-se na perspectiva decolonial de análise e compreensão do mundo, possibilitando olhar para as questões do Sul a partir das epistemologias do Sul e não apenas, ou mais, a partir das epistemologias do Norte.

Considerando que este trabalho pretendeu proceder uma pesquisa bibliográfica, ao se realizar a pesquisa nas plataformas e base de dados, lançou-se mão das palavras-chave: “decolonialidade e Serviço Social” de maneira a apreender as produções sobre essa temática nas últimas duas décadas. Para tanto, sendo esta uma pesquisa qualitativa, a pesquisa bibliográfica foi realizada nas plataformas e bases Scielo, Google Acadêmico, Periódicos Capes, e *site* Google, levantando artigos sobre a temática aqui discutida.

Os artigos levantados nesta pesquisa bibliográfica trazem importantes contribuições e apontam para reflexões e contribuições proporcionadas pelas Epistemologias do Sul, capazes de contribuir e até mesmo ressignificar o Serviço Social, suas perspectivas, olhares e categorias. Ao se proceder à pesquisa bibliográfica verificou-se que a perspectiva decolonial desponta incipientemente no debate do Serviço Social brasileiro a partir da segunda década do século XXI.

Este trabalho divide-se nas seguintes partes: a discussão acerca do Serviço Social; reflexões sobre a decolonialidade; metodologia; análise e discussão dos resultados, sendo que neste último discutem-se os dados encontrados na pesquisa bibliográfica. Na sessão seguinte, é possível apreender a constituição do Serviço Social e as influências que atravessaram a profissão.

2. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E AS INFLUÊNCIAS QUE O CONSTITUIU

A gênese do Serviço Social no Brasil enquanto profissão se deu no início do século XX, como resultado da Revolução Industrial ocorrida no século anterior e consequente industrialização tardia brasileira. O desenvolvimento industrial no Brasil a partir do início do século 1930 passou a ser uma crescente realidade, impactando a estrutura política, social e econômica do país, ao demandar ações e intervenções de maneira a manter a ordem nos espaços urbanos. Nesse período houve grande êxodo rural, já que brasileiros deixavam as zonas rurais em direção às cidades em busca de trabalho nas indústrias, nas construções etc. O contexto histórico desse momento

apresenta um país desenvolvimentista, liderado pela elite, com projetos construídos pela elite. O Serviço Social e o assistente social se inserem nesse contexto, de grandes mudanças no território brasileiro capazes de gerar o acirramento das desigualdades sociais, das expressões da Questão Social. A Questão Social, uma categoria bastante discutida e estudada no Serviço Social, pode ser compreendida como o conjunto de expressões ou problemas resultantes da relação capital-trabalho, e se consolida com a tomada de consciência dos trabalhadores acerca de sua condição enquanto classe trabalhadora expropriada e alienada do processo de produção. A Questão Social tem por expressões ou refrações os problemas políticos, sociais e econômicos, característicos e derivados de uma sociedade capitalista (Iamamoto, 2001). Portanto, pode-se afirmar que a profissão, em sua gênese, se insere no contexto que abarca as atividades de caridade vinculadas à Igreja Católica e ações que intervinham junto ao proletariado. Como afirma Yamamoto (2001), as primeiras ações assistencialistas, as atividades de caridade, estavam atreladas de forma direta às famílias que compunham a elite paulista e carioca. As ações realizadas pelos assistentes sociais naquele período eram imersas no conservadorismo, visando a manutenção do *status quo*, a adequação do indivíduo ao sistema, a manutenção da ordem para o progresso.

Incorporando esses princípios, o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo. Aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os “problemas sociais” de militantes, especialmente femininas, do movimento católico, a partir de um contato direto com o ambiente operário. Está voltado para uma ação de *soerguimento moral* da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre as “massas atomizadas social e moralmente”, busca estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano. (Iamamoto, 2004, p. 19)

O positivismo, o estruturalismo, a fenomenologia “norteamericanas” a profissão profundamente até o momento em que se deu o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social. Vale ressaltar que os teóricos do Serviço Social afirmam que inicialmente devemos considerar que na primeira metade do século XX, a profissão recebeu influências do Serviço Social europeu e do norteamericano. É possível verificar que o viés explicitamente caritativo e benevolente do Serviço Social começou a se diluir na Era Vargas, levando-o a se tornar uma profissão institucionalizada, com formação técnica, com espaços sócio-ocupacionais melhor definidos (Iamamoto, 2001), já que as políticas sociais passaram a ser implementadas e demandaram a atuação do assistente social, sendo estas também resultados de movimentos sociais, sindicais e da classe operária. A partir da década de

⁵ Termo usado neste artigo, propositalmente a fim de ratificar que as epistemologias do Norte e a perspectiva de subalternizar o dominado perpassava a profissão.

1960 é possível verificar movimentos e ações no seio da profissão, consubstanciando o que se chama hoje de teorização do Serviço Social, e que foram de grande importância. Nesse momento Seminários aconteceram no Brasil ao discutir temas caros ao Serviço Social que resultaram em direcionamentos, questionamentos e documentos. Exemplo desse último são: o documento do Alto da Boa Vista, o documento de Araxá, que antecederam o Movimento de Reconceituação (MR). O MR consistiu em um movimento no interior da profissão que consubstanciou a ruptura da profissão com o conservadorismo, estabelecendo seu compromisso com classe trabalhadora, fundamentando-se na Teoria Social Crítica de Karl Marx. Um grupo de teóricos brasileiros do Serviço Social despontaram a partir de então, teorizando sobre a profissão, sobre a Questão Social e outros temas correlatos, como José Paulo Netto, Marilda Yamamoto, Vicente de Paula Faleiros e outros.

O conservadorismo com o qual o Serviço Social rompeu na década de 1970 por meio do MR ressurge com nova roupagem, atrelado ao neoliberalismo, consubstanciando o neoconservadorismo, valendo-se de formações profissionais alinhadas à lógica neoliberal. O neoconservadorismo, segundo Barroco (2015), nas primeiras décadas do século XIX, o conservadorismo e o irracionalismo encontraram terrenos férteis para se desenvolverem e enaltecem o capitalismo, a exemplo das crises sociais, econômicas e políticas. Essas questões ressoaram fortemente no interior do Serviço Social impondo aos profissionais novas expressões da Questão Social, exigindo a ressignificação da atuação, da intervenção, dos olhares, mas mantendo e sustentando-se no compromisso ético-político da profissão. Vale ainda ressaltar que, segundo Barroco (2015) o movimento neoconservador norte-americano origina-se no pós-guerra, na década de 1960, momento em que se dá no Brasil a teorização do Serviço Social.

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (Barroco, 2015, on-line).

Montaño (2009) contribui ao apontar que o caráter de subordinação da profissão verificada em sua origem se reproduz ainda hoje, pois o assistente social ocupa espaços de pouca autonomia ou liberdade, configurando obstáculos para que o rompimento com lógica do passado se efetive. Essa lógica insere a profissão no modo de produção e reprodução do capitalismo, legitimando-o. É possível verificar, com as reflexões expostas até aqui, que as epistemes que atravessaram o Serviço Social ao longo de sua existência são aquelas do Norte. Ressalta-se ainda que as diretrizes curriculares estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino

e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) direcionam a formação acadêmica para uma base epistêmica dos países do Norte, ainda que conste no Código de Ética do Assistente Social como sétimo princípio fundamental a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (Brasil, 1993, p. 24).

3. A DECOLONIALIDADE

Nesse tópico será possível apreender o conceito de decolonialidade e outros que estão diretamente correlacionados a ele, a exemplo do colonialismo, da colonialidade e da Modernidade. A decolonialidade traz outra perspectiva que não mais aquela do Norte, mas sim as do Sul. O pensar se dá a partir dos países do Sul historicamente subalternizados pelos países do Norte. Nesse sentido, Ballestrin (2013) apresenta um panorama sobre as origens e consolidação das Epistemologias do Sul, que não mais aquelas aliadas, alicerçadas ou reprodutoras do pensamento eurocêntrico e dos países do Norte, mas sim resultado de trajetórias e dos pensamentos do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Ressalta-se, como citado na introdução deste trabalho, que o pensamento eurocêntrico é aquele derivado dos países do Norte em que seus pensamentos, fazeres, culturas etc., são superiores aos daqueles países dominados do Sul e, por isso impostos, a estes. Em decorrência dessa dominação e subalternização, o grupo M/C foi constituído ao final dos anos 1990, fundamentado por pensadores e pensamentos vinculados e estruturantes da decolonialidade (Ballestrin, 2013; Przybylski, 2020). Anteriormente a esse período já ocorriam manifestações com vieses decoloniais, mas sem que se consolidassem em um movimento ou grupo e, talvez por essa razão, resultando em um impacto menos intenso que o alcançado pelo M/C. Importante ressaltar que esses pensadores que antecederam ao movimento fundamentaram os pensamentos posteriores, a exemplo de Bartolomé de Las Casas um defensor dos indígenas que viveu entre os séculos XV e XVI.

O M/C foi constituído por intelectuais latino-americanos, espalhados por várias universidades das Américas e ressignifica a tradição crítica do pensamento latino-americano, pois propõe a análise da história e da contemporaneidade sob vieses que não mais os predominantes, eurocêntricos. Ao final do século XX e início do XXI o grupo M/C se estrutura fortemente com grandes pensadores a exemplo de Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Walter Dignolo, Catherine Walsh, Maria Lugones, Nelson Madonado-Torres, entre outros. Esses pensadores criaram conceitos a partir da realidade dos países do Sul, entre eles o conceito de decolonialidade e a leitura e as reflexões procedidas por tais pesquisadores passam a assentar-se na

perspectiva decolonial de análise e compreensão do mundo (globalmente colonial). Ballestrin (2013, p.92) aponta que autores como Franz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi, e Edward Said contribuíram para o redirecionamento, ainda que lento e não intencionado “na própria base epistemológica das ciências sociais” e que pensadores do sul asiático também contribuíram para reforçar o pós-colonialismo enquanto um movimento epistêmico.

Para Przybylski (2020, p.39), a “teoria decolonial e suas epistemes vieram para possibilitar novos olhares acerca do estudo das oralidades” e que essa perspectiva é bastante nova no Brasil, tendo sido impulsionada por intelectuais latino-americanos do M/C. Nesse sentido, Mignolo (2017) afirma que as bases históricas da decolonialidade estão na Conferência de Bandung, em 1955, que tinha por objetivo identificar as bases e as projeções comuns para um futuro que não se consubstanciasse como capitalista e tão pouco como comunista, e se autodeclara descolonizadora. Nessa conferência participaram representantes 29 países distribuídos entre a Ásia e África dialogando. O caminho encontrado durante a Conferência foi a descolonização e não uma terceira via. Outra conferência bastante importante ocorreu se deu em 1961 em Belgrado em que países Latino-americanos se uniram aos asiáticos e africanos, concomitantemente ocorreu a publicação de uma obra de Frantz Fanon intitulada “Os condenados da terra”, obra esta que expõe e critica o racismo e o colonialismo. Soma-se ao exposto o fato de o movimento descolonial⁶ estar comprometido com a igualdade global e justiça econômica.

Um importante artigo de Spivak é apontado por Ballestrin (2013) como referência para os estudos decoloniais, e é intitulado “Pode o subalterno falar?”. Nesse estudo Spivak tece crítica a Deleuze e Foucault apontando que o “sujeito subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida” (Ballestrin, 2013, p.93). Spivak desenvolve uma crítica à intelectualidade que tem a pretensão de falar em seu nome e também ao fato de que “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico” (Almeida, 2010, p.12). Interessante é que Spivak afirma que ainda que o subalterno não possa falar “o intelectual pós-colonial não pode fazer isso por ele”. Todas essas discussões, reflexões, corroboraram para o movimento decolonial em grande medida. Ballestrin (2013) apresenta uma importante discussão sobre Modernidade e colonialidade embasada nas reflexões de Dussel, e afirma que “a Modernidade é um mito que oculta a colonialidade” (Ballestrin, 2013, p. 101). Ela aponta também

⁶ O descolonial, assim como a descolonialidade, segundo Mignolo (2017, p. 13) “é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade”. A expressão descolonialidade se originou, segundo o autor supramencionado, nos países de Terceiro Mundo. É possível ainda afirmar que a descolonialidade se contrapõe ao colonialismo enquanto a decolonialidade se contrapõe à colonialidade (Santos, V., 2018).

que Mignolo trabalhou a questão da geopolítica do conhecimento e que nessa perspectiva, Quijano (2005) afirma que a Modernidade conduziu, em nível mundial, uma produção intelectual sempre alicerçada no viés colonial, capitalista e eurocêntrico.

Importante ressaltar que há grande diferença entre os termos colonialidade e colonialismo, sendo o segundo referente a um dado período e às relações estabelecidas nele em vários âmbitos, enquanto o primeiro se refere a um fenômeno complexo que alcança o tempo presente e à forma de poder que se entranha na sociedade, em suas estruturas, nas formas de pensar e agir, nos saberes, reproduzindo a ideologia (hegemônica imposta) e a dominação de um povo nativo por um povo estrangeiro/invasor (Przybylski, 2020).

Colonialidade não significa o mesmo que colonialismo. O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferentemente desta ideia, à colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, melhor se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (Maldonado-Torres, 2007, p. 131, tradução nossa).⁷

Assim, apesar do fim dos colonialismos, a colonialidade ainda permanece. Corroborando para a apreensão do conceito de decolonialidade faz-se importante diferenciá-la da descolonialidade. Este último termo significa o fim das colônias e ascensão dos Estados-nação, portanto, uma contraposição ao colonialismo. Decolonialidade seria a contraposição à colonialidade supra discutida, e uma proposta de pensar e olhar a partir dos povos originários, dos povos do Sul. O pensamento decolonial, segundo Dariva, Lima e Battestin (2022), possibilita analisar e refletir sobre as subjetividades e suas fundamentações, possibilitando novas perspectivas, que não aquelas consubstanciadas no pensamento eurocêntrico. Nesse sentido,

o pensamento decolonial surge como ferramenta crítica de libertação epistemológica, como recurso dialógico e crítico de enfrentamento e superação destes modelos hegemônicos, bem como oferece outra lente para compreensão das múltiplas realidades impedidas de coexistir diante da imposição civilizatória, de um padrão de poder que normatiza as relações humanas a partir de um olhar, de uma razão que se autodetermina universal. Esta lente tem por princípios a articulação do ser, o sentir, o

⁷ “Colonialidad no significa lo mismo que colonialismo. Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside en el poder de otro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la auto-imagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. En un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente” (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).



viver e o pensar. Assim, o giro decolonial enquanto proposta de ruptura destas relações representa um novo olhar, para outras possibilidades existenciais, de visibilizar o invisível, dar voz aos silenciamentos (Dariva, Lima e Battestin, 2022, p.15).

Importante situar que a Modernidade, na perspectiva decolonial, é uma invenção da colonialidade e que atende a interesses existentes nela e a partir dela. Dussel (1993a, p.7) afirma ainda que “a Modernidade aparece quando a Europa se afirma como ‘centro’ de uma História Mundial que a inaugura, e por isso a ‘periferia’ é parte de sua própria definição”. Dessa maneira, tem-se que a Modernidade nasce no momento que a Europa se confronta com outros povos, controlando-os, vencendo-os, violentando-os, subjugando-os, sobrepondo sua cultura aos outros, sendo estes, segundo Dussel (1993a), não descobertos, mas sim encobertos. Para esse autor, o Mito da Modernidade consiste em estratégia para justificar a violência contra a periferia, do sacrifício desta, de encobrimento do não-europeu.

Dariva, Lima e Battestin (2022), ao tecerem reflexões sobre a modernidade a partir de obras de Dussel e Quijano, entendem que a conquista, ou o papel do conquistador, é estratégia para civilizar povos e encontra justificativa na razão moderna. Somado a isso, os autores trazem ainda, a partir da perspectiva contida nas obras de Quijano, que esse processo se legitima com a crença da existência de uma superioridade racial dos europeus sobre os Povos do Sul, replicando-se ao longo dos tempos, resultando num processo de exploração e subalternidade ao longo dos tempos até a atualidade. Para Dariva, Lima e Battestin (2022, p. 9), “superar a razão moderna poderia nos possibilitar descobrir aquilo que foi encoberto, o valor de outras culturas, corpos, gêneros, identidades e então ressignificá-las, a fim de produzir novas possibilidades à existência humana”.

Dussel (1993a, 1993b) afirma que para os pós-modernos a razão moderna é uma razão do terror, e que para os decoloniais a razão moderna visa encobrir o mito irracional. Este pensador propõe o diálogo intercultural, interfilosófico, de maneira a “desenvolver uma teoria ou filosofia do diálogo – como parte de uma filosofia da libertação do oprimido, do incomunicado, do excluído, do Outro” (Dussel, 1993a, p.8). O exposto justificaria a dominação, lançando mão da violência, da barbárie, da guerra, mas que é escamoteado, camuflado com a perspectiva da emancipação, de civilizar o bárbaro, de desenvolver e modernizar tais povos. O mito da Modernidade culpabiliza o inocente (o dominado) e inocenta o culpado (o dominante). Oliveira e Candau (2010, p.17) apontam no texto que a “Modernidade e a colonialidade são as duas faces da mesma moeda” e que as ciências humanas foram conduzidas pela colonialidade ao longo do período denominado Modernidade (Oliveira e Candau, 2010, p.17).

Corroborando para a perspectiva construída nesse trabalho, lança-se mão do conceito de





colonialidade do poder, cunhado por Quijano (2005; 2009), a qual consiste em uma estrutura de poder e dominação que subalternizou continentes a partir da conquista, invadindo o imaginário do outro, destruindo o imaginário original do outro, promovendo sua ocidentalização. É o discurso inserido pelo dominador no mundo do dominado, reproduzindo a perspectiva e lócus do dominador, lançando mão de estratégias como o fetichismo cultural, e invisibilizando e subalternizando o dominado. A colonialidade, segundo Quijano (2009), construiu a subjetividade do subalternizado levando-o a pensar historicamente a noção de raça. Esta seria uma invenção não estando relacionada a condições biológicas, mas sim ao desenvolvimento do capitalismo moderno. “Esse conceito operou a inferiorização de grupos humanos não-europeus, do ponto de vista da produção da divisão racial do trabalho, do salário, da produção cultural e dos conhecimentos” (Oliveira; Candau, 2010, p.20). Para Quijano (2009, p.73) “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” e que tem as relações de poder sustentadas por uma imposição de uma classificação étnica/racial da população mundial. A partir disso tem classificações de “identidades sociais da colonialidade: índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços” (Quijano, 2009, p.74). E classificações geoculturais do colonialismo como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente, Ocidente ou Europa. Para esse autor essa relação tem origem na América e atinge o mundo, ao passo que o capitalismo se estrutura, se redefine, se reproduz a partir da constituição da América Latina e será chamado de Modernidade. Nesse sentido a Europa se configurou como centro referencial para o restante do mundo, sobrepondo sua cultura e suas verdades como superiores aos demais povos e territórios, sendo estes apreendidos como inferiores. Quijano (2009) traz em seu trabalho uma análise do poder e a tece a partir da perspectiva do eurocentrismo (para tanto lança mão do liberalismo a partir de Hobbes e do materialismo histórico), perpassando a questão da heterogeneidade histórico- estrutural do poder. Sobre o materialismo histórico o autor afirma que

O materialismo histórico, a respeito da questão das classes sociais, assim como noutras áreas, em relação à herança teórica de Marx, não é exactamente, uma ruptura, mas uma continuidade parcial e distorcida. Esse legado intelectual é reconhecidamente heterogêneo e é ainda mais o seu percurso final, produzido, precisamente, quando Marx colocou sob questão os núcleos eurocentristas do seu pensamento, infelizmente sem conseguir encontrar uma relação eficaz para os problemas epistêmicos e teóricos implicados. Admite, pois, leituras heterogêneas. Mas o materialismo histórico, sobretudo na sua versão marxista-leninista, pretendeu, não sem êxito, fazê-la passar como uma obra sistematicamente homogênea e impor a sua própria leitura no sentido de ser admitido como o único legítimo herdeiro (Quijano, 2009, p.89).

O trabalho e o controle deste é apontado no texto como condição central do poder capitalista. No texto ainda são apresentadas reflexões sobre um importante ponto que perpassa a teoria de Marx: a questão das classes sociais. Ele indaga sobre o sentido dos termos: teoria das



classes sociais (heterogêneas, descontínuas e conflituosas) e da teoria da classificação social, como elas se relacionam e são constituídas e expressam e contém/detém a perspectiva de poder. O autor aponta ainda como conceitos são tomados e são desviados de seus sentidos a exemplo da ideia de gênero que se confunde com a de sexo. O texto aponta que existe uma relação entre exploração e dominação, ainda que nem toda dominação implique em exploração. Mas ressalta que a dominação é relação de poder. Mignolo (2017, p.21) traz o conceito de sociogênese cunhado por Frantz Fanon e que abrange percepção de “desprendimento, pensamento fronteiriço e desobediência epistêmica; desprendimento das opções filogenéticas e ontogenéticas, da dicotomia do pensamento territorial moderno”. Sendo assim, o conceito de sociogênese emerge com a tomada de consciência de ser “negro” não pela cor da pele, mas em decorrência do “imaginário racial do mundo colonial moderno” (Mignolo, 2017, p.22). Daí a importância do pensamento fronteiriço que pensa a exterioridade, que alimentam projetos desocidentalizador e descolonial, consubstanciando uma desobediência epistêmica.

4. METODOLOGIA

Considerando a natureza das fontes usadas nesta pesquisa afirma-se que ela é caracterizada como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. Severino (2007) afirma que a pesquisa bibliográfica tem natureza qualitativa, e é realizada a partir de pesquisas anteriores que resultaram em registros ou produções acadêmicas publicadas e já disponíveis, a exemplo de livros, teses, dissertações, artigos etc. Ainda segundo esse autor, o pesquisador usa dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros autores e pesquisadores em seus textos, e estes são as fontes dos temas pesquisados. Dessa forma, é possível afirmar que “o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (Severino, 2007, p. 122). É nesse contexto que este trabalho se consubstancia como uma pesquisa bibliográfica e que, para tanto, lança mão das palavras-chave “decolonialidade” e “Serviço Social” para levantar produções, em nível de artigos, sobre o Serviço Social e a Decolonialidade produzidos nas últimas duas décadas do século XXI. Neste estudo a pesquisa bibliográfica foi realizada nas plataformas e bases Scielo, Google Acadêmico, Periódicos Capes, e site Google, levantando artigos sobre a temática aqui discutida. Para tanto, as palavras chaves usadas nas buscas pelos artigos, em cada uma das plataformas, foram assim escritas “decolonialidade”+“serviço social”. Ao se levantar os artigos, estes foram lidos na integralidade, objetivando apreender em profundidade as perspectivas e análises trazidas por cada um dos autores. A leitura da totalidade dos trabalhos levantados visaram consolidar uma análise sólida e bastante embasada de cada um dos trabalhos capaz de contribuir para a correlação entre

as questões trazidas e pontuadas em cada estudo. Buscou-se a aproximação, feita por cada um dos estudos, entre Serviço Social e Decolonialidade; buscou-se ainda apreender se debatiam sobre a Questão Social e qual perspectiva trazida nos estudos sobre este conceito.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, Periódicos Capes, e site Google, conforme descrito na metodologia, lançou mão das seguintes palavras chaves, com a seguinte combinação: “decolonialidade”+“serviço social”, a partir da qual foram elencados ao todo 6 (seis) artigos, contudo selecionados 4 (quatro) deles, pois somente estes abarcavam a relação entre o Serviço Social e a decolonialidade de forma clara e explícita. Abaixo é possível verificar um quadro que expõe os autores dos 4 (quatro) artigos selecionados e suas respectivas teses. Sobre os dois textos não selecionados: um consistia em um resumo e outro em um editorial da Revista Serviço Social e Sociedade. Este último citou a relação do Serviço Social com a decolonialidade, mas sua estruturação e fundamentação se assentava plenamente na perspectiva eurocêntrica.

Quadro 1 – Artigos selecionados na pesquisa bibliográfica

Referências Bibliográficas	Periódico	Título	Tese
Barbosa; Araújo; Sousa (2019)	X Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra.	Serviço Social, Questão Social e Questão Racial: apontamentos críticos da decolonialidade	Os autores objetivaram proceder uma discussão sobre a Questão Social a partir da perspectiva decolonial, problematizando seu conceito e sua relação e abrangência em relação à questão racial.
Barbosa (2023)	Revista Serviço Social e Sociedade. Volume 146.	Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente	Este trabalho teve por objetivo “complexificar e questionar a lógica de produção de conhecimento moderna/ocidental, evidenciando categorias e conceitos úteis à prática e à produção científica da profissão” (Barbosa, 2023, p. 161).
Santos, M. (2018)	Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul. V.2	Serviço Social e decolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil.	Aponta a necessidade de se considerar outras perspectivas de análise da Questão Social, lançando mão da decolonialidade, considerando que a autora chama de “Questão Colonial”.
Silva; Lima; Marque (2021)	O Social em Questão. Ano XXIV	Filosofia da práxis, pós-colonialismos e Serviço Social no estudo da América Latina	Os autores verificam e explicitam elementos que possuem suas bases no marxismo e que possibilitam aproximação entre os estudos decoloniais e a filosofia da práxis gramsciana.

Fonte: Quadro elaborado pelos(as) autores(as).

Os quatro trabalhos levantados nessa pesquisa trazem importantes e elucidativas

contribuições. Eles abarcam questões que respondem aos questionamentos demonstrados no início deste trabalho e trazem outras reflexões ressignificando olhares sobre pontos e categorias amplamente debatidas no Serviço Social, a exemplo da Questão Social.

No trabalho de Barbosa, Araújo e Sousa (2019) intitulado “Serviço Social, Questão Social e Questão Racial: apontamentos críticos da decolonialidade” são tecidos apontamentos críticos ao Serviço Social, a partir da lente decolonial, contrapondo a Questão Social⁸ com a Questão Racial. Estes autores afirmam que o Serviço Social brasileiro tem suas bases no Serviço Social europeu e norte-americano, portanto, nas epistemologias do Norte. Explicitam que o movimento de ruptura ocorrido dentro da profissão na década de 1960 aproximou o Serviço Social da teoria social marxista, tornando-a hegemônica nessa profissão. Trazem a categoria Questão Social como resultante da relação capital/trabalho, tendo sido ela categorizada dessa maneira a partir do movimento de reconceituação⁹. E que ainda assim os teóricos do Serviço Social, na atualidade, ao conceituarem a Questão Social não encontram um consenso. Considerando o exposto, Barbosa, Araújo e Sousa (2019), propõem uma outra forma de pensar a Questão Social, lançando mão das Epistemologias do Sul, distanciando-se das Epistemologias do Norte. Eles apontam que pensar a Questão Social não consiste apenas em considerar o sistema econômico vigente sustentado por uma sociedade classista, já que esta visão não seria capaz de explicar questões mais amplas e complexas verificadas nos países subalternos. Para aprofundar tais reflexões, Barbosa, Araújo e Sousa (2019, p. 190) avançam através da colonialidade do poder e situam tal conceito frente ao que eles chamam de “um sistema complexo de raça, gênero e trabalho integrado ao padrão de acumulação capitalista”, sistema este não reduzido apenas a classes sociais. Postulam que a categoria raça/racismo deve possuir centralidade nesse debate e que teóricos do Serviço Social desconsideram tal questão ao teorizarem acerca da Questão Social. Ratificam ainda que a questão étnico-racial, presente na sociedade brasileira, antecede a constituição do Serviço Social, a categorização da Questão Social e a Revolução Industrial e que deve ser tomada não apenas como expressão da Questão Social. Dessa forma, afirmam que o Serviço Social brasileiro deve reconstruir o conceito de Questão Social a partir do viés decolonial, considerando a colonialidade do poder e rompendo com a visão unilateral classista. Para estes autores, deve-se “levar em conta toda formação social, histórica, cultural da nação brasileira, que tem a questão racial e o racismo como dimensão fundante de toda sua estrutura, não podendo esse último ser avaliado apenas como mera expressão da questão social” (Barbosa; Araújo; Sousa, 2019, p. 192).

⁸ A expressão Questão Social é usada por Barbosa, Araújo e Sousa (2019) com as iniciais minúsculas.

⁹ O termo “movimento de reconceituação” é usado pelos autores com as iniciais em letras minúsculas.

Outro trabalho que contribui para a reflexão proposta é o de Barbosa (2023) que discorre sobre a “Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente”, refletindo acerca das contribuições do pensamento decolonial para o Serviço Social. A autora apresenta a decolonialidade como uma teoria que dialoga com várias perspectivas críticas, e como um movimento distinto da crítica pós-moderna, pós-colonial e da teoria crítica que têm suas bases nas epistemologias do Norte. Ressalta que o pensamento decolonial possibilitou cunhar o conceito de colonialidade do poder direcionando discussões acerca dos subalternos e das relações e opressões que os perpassam. Esse pensamento e conceito contribuem para a compreensão de que as formas de dominação coloniais não foram extintas com o fim do colonialismo, mas se mantiveram presentes ao longo dos tempos perpetuando a lógica colonialista. Somado ao exposto, Barbosa (2023, p. 168) ressalta que “a colonialidade se configura em uma matriz colonial de poder complexa e de níveis entrelaçados, como o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, de gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento”, se consubstanciando em três níveis: colonialidade do poder, colonialidade do saber¹⁰, colonialidade do ser¹¹. Para a autora, a colonialidade consiste no viés mais perverso da modernidade e é uma condição sine qua non. Nesse sentido, a decolonialidade se expressa em “um conjunto de conceitualizações, debates teóricos e intervenções epistêmicas que complexifica a análise da história e expõe os efeitos contemporâneos do colonialismo nas estruturas sociais” (Barbosa, 2023, p. 169), corroborando para a estruturação de identidades e histórias reprimidas e silenciadas ao longo dos séculos de colonialismos.

O Serviço Social, segundo a autora, teve grande importância na perpetuação da colonialidade do saber, do ser e do poder, e é por essa razão que Barbosa (2023) vê como fundamental seu processo de descolonização em direção à decolonialidade. Esse movimento contribuiria para a geração de teorias e conhecimentos, métodos e práticas interventivas frente aos subalternos pautadas nas perspectivas das epistemologias do Sul. Esse movimento, segundo a autora, deveria se iniciar no processo de formação do profissional, “desconstruindo as estruturas das heranças coloniais” (Barbosa, 2023, p. 173). O pensamento decolonial, para além do exposto acima, contribuiria para ressignificar a conceitualização da Questão Social, já que consideraria questões anteriores ao capitalismo industrial, para além da relação capital/trabalho na perspectiva marxista e marxiana. Para que essa ressignificação se consolide são necessárias mais e maiores produções

¹⁰ Segundo Barbosa (2023, p. 172) “a colonialidade do saber expressa na produção do conhecimento moderno consiste em elaborar e formalizar maneiras que satisfaçam as necessidades do capitalismo”.

¹¹ Segundo Barbosa (2023) a colonialidade do ser relaciona-se com a subjetividade do ser, com o controle da sexualidade, com a questão de gênero.

que abarquem os temas Serviço Social e decolonialidade e, nesse sentido, Barbosa (2023) chama a atenção para o fato de que há poucas produções acadêmicas no Brasil que correlacionam tais temas. Mas, aponta que se tem visto nos últimos anos uma crescente, ainda que tímida, desse debate no Brasil e que em Portugal essa discussão ainda seria ausente, segundo a autora.

Dialogando com os autores supramencionados, Santos, M., (2018) traz em seu artigo que recebe o título de “Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil” reflexões acerca da Questão Social, da Questão Colonial e, portanto, da relação do Serviço Social com a decolonialidade. A autora afirma que o termo “Questão Social” tem origem na Europa ocidental no período da Revolução Industrial e que era usado para se referir à pobreza intensificada e verificada naquele momento. Este fato instigou variadas áreas, entre elas o Serviço Social, a se debruçarem sobre o termo Questão Social visando compreendê-lo e conceituá-lo, inclusive buscando em Marx a origem teórica e histórica dessa categoria, atrelando-a às relações estabelecidas entre capital/trabalho. Segundo teóricos do Serviço Social, a Questão Social teria emergido no Brasil com o avanço da industrialização, e consequente aumento da pobreza, na década de 1930 (Santos, M., 2018). Sob essa perspectiva, no processo de teorização do Serviço Social, ao tomar as epistemologias do Norte para analisar a realidade brasileira que difere em muito da realidade europeia, os teóricos do Serviço Social brasileiro desconsideraram: a experiência brasileira e latino-americana anterior ao movimento de industrialização; “toda a história de dominação, exploração europeia, e escravidão no Brasil, anterior ao período da industrialização” (Santos, M., 2018, p. 46). Ao desconsiderarem tais pontos, os teóricos acima citados, tomam por expressões da Questão Social questões centrais para perspectiva decolonial, como as questões: como as questões: étnico-racial, de gênero, de desigualdades sociais (Santos, M., 2018). A autora assinala a necessidade de ampliação histórica e conceitual do termo Questão Social, agregando e pensando a Questão Colonial. Esta última, segundo a autora, consiste num “processo de constante dominação, um constante processo de colonialidade marcado por dominações, explorações, contradições e conflitos que seguem latentes na sociedade atual” (Santos, M., 2018, p. 47), que abarca o racismo e patriarcado, associados ao capitalismo, como estruturantes da sociedade brasileira. Seria, portanto, necessário “entender a Questão Social desde o Brasil Colônia” (Santos, M., 2018, p.49). A autora aponta também o fato de haver poucas publicações que abarcam o tema Serviço Social, decolonialidade, Questão Social e questão étnico-racial e que essa escassez reflete na formação e na prática profissional dos assistentes sociais. A ausência do contato com as Epistemologias do Sul, abarcando reflexões que perpassam os países subalternos, segundo a autora, conduzem o profissional a ter conduta e pensamento equivocados acerca, por exemplo, das ações

afirmativas. Nesse sentido, para Santos, M. (2018), é necessário pensar a Questão Social considerando as Epistemologias do Sul, ampliando a perspectiva histórica e teórica da categoria Questão Social e que isso não implicaria em se constituir o que a autora chama de “múltiplas questões sociais” ou de uma “nova questão social”, mas sim de consolidar um conceito que abarque e vincule a Questão Social à Questão Colonial.

Os autores Silva, Lima e Marque (2021) trazem no estudo “Filosofia da práxis, pós-colonialismos e Serviço Social no estudo da América Latina” que o capitalismo foi introduzido na América Latina forçosamente no século XX acentuando sua dependência aos grandes centros capitalistas, a exemplo dos Estados Unidos da América. Esse contexto teria conduzido a América Latina a um afastamento das relações exclusivas e de dependência com a Europa e teria barrado a chamada ameaça socialista oriunda do leste europeu. Nesse período verificou-se ainda um rápido e desorganizado crescimento do operariado sem que sanassem a dívida social herdada do escravagismo. Os autores acima citados situam o surgimento do Serviço Social na América Latina nesse contexto e correlaciona-o às bases teóricas gramscianas, em especial a partir do Movimento de Reconceituação, afirmando que os assistentes sociais seriam a materialização do conceito de intelectual orgânico de Gramsci. Afirmam também que a teoria gramsciana instrumentalizou o Serviço Social para lidar com questões pós-coloniais e decoloniais, tendo em vista que Gramsci propõe uma análise da realidade a partir dos subalternos.

Sobre a modernidade verificada com o capitalismo e seu acirramento, Silva, Lima e Marque (2021, p. 191) afirmam que esta tem suas bases numa tríade: “desenvolvimento e expansão capitalista, imposição imperialista do liberalismo e estabelecimento do colonialismo”. Ressaltam ainda que a universalização da referida tríade e a hierarquização das relações humanas contribuíram para a mundialização do capitalismo produzindo e acirrando genocídios, epistemicídios, subalternidades. E que o novo contexto mundial, consubstanciado pelo sistema capitalista, gerou uma nova divisão geopolítica que dividiu o mundo em Primeiro Mundo (países democráticos e com avançada economia capitalista), Segundo Mundo (países com política socioeconômica planificada e com viés socialista), Terceiro Mundo (antigas colônias). Desse contexto derivaram, em se tratando do Terceiro Mundo, novas formas de ler a (própria) realidade, culminando em novas epistemologias: as epistemologias do Sul (Silva; Lima; Marque, 2021). Silva, Lima e Marque (2021) afirmam que apesar das críticas decoloniais ao eurocentrismo verificado em Marx, muitos autores dessa base iniciaram seus estudos a partir das teorias marxistas. Ressaltam ainda que essa dissociação entre os estudos decoloniais e os estudos marxistas derivou “de uma interpretação equivocada e artificial, tendo em vista que os processos históricos são intercambiantes e a realidade

dialética” (Silva; Lima; Marque, 2021, p. 197). Nesse sentido, os autores acreditam ser pertinente tomar as lentes gramscianas para procederem a uma leitura decolonial da realidade latino-americana, lançando mão da tradutibilidade¹² entre essas teorias. Ainda segundo os autores, Gramsci utilizou a tradutibilidade ao rever e interpretar as obras de Marx e Engel consubstanciando assim a teoria gramsciana. Nesse sentido, para os autores, o marxismo seria necessário para o pensamento decolonial, mesmo porque o pluralismo teórico consistiria em herança da Filosofia da Ciência Moderna (Silva; Lima; Marque, 2021). Dessa forma, acreditam que para entender o processo de subalternização na América Latina é necessário lançar mão da aproximação dos estudos decoloniais e do pensamento gramsciano e pensar a questão social latino-americana, contribuindo para a transformação substancial da prática profissional. Refletem ainda sobre a escassez de estudos na área sobre este tema e que para tanto, são necessários mais estudos e publicações. Interessante e importante verificar que Silva, Lima, Marque (2021), ao proporem a análise do Serviço Social e do capitalismo na América Latina sob a perspectiva pós-colonial e ao fazerem a partir de Gramsci, não se distanciam do eurocentrismo já que este pensador é um teórico europeu e que escreveu e refletiu a partir da realidade europeia e não da realidade dos países do Sul. Nesse sentido, o trabalho desses autores não abraça a perspectiva decolonial, mas sim consubstancia um debate entre a perspectiva pós-colonial e decolonial. Há uma intencionalidade, a partir da tradutibilidade, em aproximar Gramsci da decolonialidade, situação esta justificada pelo fato de Gramsci pensar tendo como referência os subalternos.

Os quatro trabalhos levantados nessa pesquisa trazem importantes e elucidativas contribuições, sendo unânimes em afirmarem que o Serviço Social teve suas bases nas epistemologias europeias, portanto, nas epistemologias do Norte. O Serviço Social foi, segundo estas publicações, inicialmente influenciado pelo pensamento teológico cristão europeu, posteriormente pelo tecnicismo norte-americano e a partir dos anos 1960 pelo marxismo (com o Movimento de Reconceituação). Todas essas influências sofridas ao longo do século XX consubstanciaram o Serviço Social brasileiro e contemporâneo que apreende a Questão Social como objeto de sua intervenção profissional e resultado da relação capital/trabalho, decorrente do capitalismo industrial. A partir dos estudos levantados na pesquisa bibliográfica, e trazidos para o centro da discussão deste trabalho, foi possível verificar que os teóricos (canônicos) brasileiros do Serviço Social possuem reflexões e análises eurocentradas, ao passo que consideram o capitalismo industrial, a tomada de consciência dos trabalhadores enquanto classe trabalhadora e a Questão

¹² A tradutibilidade é trabalhada pelos autores desse texto a partir desse conceito que definido e discorrido por Lacorte em artigo intitulado “Liberdade e Tradutibilidade nos Cadernos de Gramsci”. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10546>, acessado em 04.09.2023.

Social como marcos para o pensar e o fazer no Serviço Social.

Ao refletir sobre a Questão Social, Santos, M. (2018), Barbosa, Araújo e Sousa (2019) e Barbosa (2023) apontam a necessidade de pensá-la para além da relação capital/trabalho emergida com o processo de revolução industrial, já que no Brasil e na América Latina há questões que antecedem tal momento e que repercutem na contemporaneidade. Por essa razão, Santos, M. (2018) sugere a ampliação teórica e histórica do conceito “Questão Social”, pois é também necessário se pensar a “Questão Colonial”. A Questão Colonial consiste, para a autora, em “um processo de constante dominação, um constante processo de colonialidade marcado por dominações, explorações, contradições e conflitos que seguem latentes na sociedade atual” (Santos, M., 2018, p. 47). A ampliação do termo, mencionado acima, não significaria afirmar que há “múltiplas questões sociais” ou uma “nova Questão Social”, já que para a autora “uma suposta ‘velha’ nunca foi resolvida, mas sim que ‘nossa Questão Social’ deve ser vinculada a uma ‘questão colonial’, marcada por contradições, explorações, antagonismos e conflitos que iniciam com o processo de conquista e colonização do Brasil” (Santos, M., 2018, p. 49).

Corroborando para esse debate Barbosa, Araújo e Sousa (2019) contribuem ao apontarem José Paulo Netto, Marilda Vilella Yamamoto e Yasbek (teóricos do Serviço Social) como autores eurocentrados, já que todos eles (e outros) tomam a Questão Social, geradora das desigualdades, como resultante do capitalismo. Não consideram, contudo, a questão racial e as particularidades brasileiras em nível político, histórico, social e econômico (Barbosa, Araújo, Sousa, 2019). Para Barbosa, Araújo e Sousa (2019), sustentados por Grosfoguel, a realidade brasileira não pode ser analisada somente pela perspectiva da luta de classes, pois isso implicaria em uma visão e em uma análise reducionista. Para os autores, essa perspectiva tem real importância, mas é importante a construção de outros apontamentos e reflexões considerando “outras relações de poder e dominação”, como o racismo é desconsiderado ao se pensar o sistema de dominação e poder. Desconsidera-se ainda os séculos de escravidão que antecederam à industrialização em território brasileiro. Para Barbosa, Araújo e Sousa (2019, p.191) “escamotear a discussão do sistema racista, soa até como desonestidade intelectual”.

Barbosa (2023, p. 172) traz em seu estudo importantes questionamentos ao pensar o “diálogo entre as matrizes teóricas e metodológicas da profissão e o arcabouço teórico decolonial” a exemplo de: “Como a decolonialidade pode contribuir para descolonizar o Serviço Social? O conceito de colonialidade é uma ferramenta aplicável para analisar a Questão Social e construir metodologias para a práxis profissional? Como as teorias decoloniais contribuem na produção científica crítica do Serviço Social?” Para essa autora, o Serviço Social teve papel crucial na

sobrevivência da colonialidade do poder, do saber e do ser e sua descolonização é fundamental para se alcançar a decolonialidade e, então, produzir novos conhecimentos, teorias e práticas interventivas. Para Barbosa (2023), esse processo deveria se iniciar pela formação, desconstruindo padrões e heranças coloniais e eurocêntricas.

Silva, Lima e Marque (2021) afirmam que os estudos decoloniais têm importância significativa ao se abordar os grupos subalternizados da América Latina. Os autores supramencionados apontam que as pesquisas sobre o tema aqui discutido ainda são escassas e que o aprofundamento dos estudos poderia transformar substancialmente a prática profissional. Para estes autores, os estudos decoloniais têm importância significativa ao se abordar os grupos subalternizados da América Latina.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou proceder a uma pesquisa bibliográfica a fim de entender e apresentar a relação entre Serviço Social e decolonialidade. Para tanto, realizou-se a revisão teórica acerca do Serviço Social no Brasil e das influências que o atravessaram, e sobre a decolonialidade. A partir da revisão teórica realizada, verificou-se que o Serviço Social brasileiro teve sua origem no início do século XX, com influência da Igreja Católica europeia e que, posteriormente, sofreu influência do Serviço Social Norte-Americano. Foi possível ainda verificar que na década de 1970 a profissão passou pelo Movimento de Reconceituação que redirecionou as bases epistemológicas e o fazer da profissão. Complementando a revisão bibliográfica, foram abarcados conceitos e perspectivas decoloniais a fim de apreender a origem e a correlação da decolonialidade com o Serviço Social. A partir dessa revisão, apreendeu-se que a decolonialidade emergiu na América Latina enquanto movimento que intentou fundamentar outras epistemologias, além das do Norte, trazendo à tona as reflexões, das experiências, das constituições, de autores dos povos do Sul.

Considerando o supramencionado e as perguntas expostas na introdução deste trabalho, tem-se que a pesquisa aqui realizada mostra que o Serviço Social brasileiro começou a dialogar mais aprofundadamente com a decolonialidade a partir do final da segunda década do século XXI. Mas, é possível ver nos trabalhos levantados que a prática profissional e as teorias que a embasam ainda são sustentadas pela teoria social crítica de Marx. Foi possível verificar, portanto, que a relação entre Serviço Social e decolonialidade é incipiente em se tratando de reflexões e produções teóricas, fato esse expresso principalmente pelas poucas produções e publicações que abarcam tais temáticas. Nesse contexto, constatou-se que os autores são unânimes quanto à necessidade de se pensar a Questão Social sob a perspectiva decolonial. Frente ao exposto, tem-se que alguns autores

sugerem outra perspectiva de análise, outra categoria de análise, a exemplo da “Questão Colonial” que ultrapassa, segundo os autores, a capacidade de análise da categoria Questão Social. Para tanto, o Serviço Social poderia/deveria lançar mão da perspectiva decolonial para analisar a realidade já que esta abarcaria conceitos e categorias capazes de levar o Serviço Social a apreender que antes da Questão Social houve a Questão Colonial. Outra perspectiva trazida, foi a de que a Questão Social deveria ser ressignificada considerando questões anteriores ao processo capitalista de industrialização e para além dele: período escravagista, questão do racismo e gênero.

Dessa maneira, é possível concluir que o Serviço Social brasileiro se relaciona com a colonialidade ao passo que sua teoria é eurocêntrica. Por outro lado, inicia sua relação com a perspectiva decolonial, já que há estudos correlacionando o tema Serviço Social e decolonialidade, apontando para um olhar acerca da Questão Colonial e da Questão Social. Tais pontos apontam para a necessidade de mais estudos e estudos mais aprofundados sobre as temáticas aqui trazidas, contribuindo para um outro olhar sobre o paradigma profissional. Contribuindo, ainda, para maior compreensão e amplo debate sobre a Questão Social e a Questão Colonial e sobre como o assistente social se relaciona ou deveria se relacionar com tais questões. Interessante também verificar em que medida uma exclui a outra, ou se interrelacionam e se se interrelacionam. Pertinente refletir sobre como o capitalismo em suas diferentes formas atravessou-as e como o neoliberalismo as atravessa ou as fomenta. A inclusão dos estudos das Epistemologias do Sul nas Diretrizes Curriculares da profissão é ponto importante, pela relevância desse pensamento e vai ao encontro do que cita o VII princípio fundamental do código de ética do assistente social: “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (BRASIL, 2012, p.24). Nesse sentido espera-se maior quantidade de estudos capazes de olhar para o Serviço Social e para seu objeto de intervenção sob novas perspectivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Prefácio, em SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. Rev. Bras. Ciênc. Polít., 2013 (11), p. 89–117, maio 2013.

BARBOSA, G. S.; ARAÚJO, A. O.; SOUSA, T. C. Serviço Social, Questão Social e Questão Racial: apontamentos críticos da decolonialidade. *In: X Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra*. p. 184-193, 2019. Disponível em: <http://sites.ufca.edu.br/ebooks/wp-content/uploads/sites/22/2020/01/X-Congresso-Internacional-Artefatos-da-Cultura-Negra-Parte-1.pdf>, Acesso em: 06 de maio de 2023.

BARBOSA, V. L. E. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 161–182, 2023.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 623–636, out. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/#>, acesso em: 10 de junho de 2023.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Rev. E atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

DARIVA, B. G., BATTESTIN, C., & de LIMA, B. H. (2022). O PENSAMENTO DE ANÍBAL QUIJANO E ENRIQUE DUSSEL: Crítica à Modernidade como aporte decolonial. **Cadernos Cajuína**, 7(2), e227203. <https://doi.org/10.52641/cadcajv7i2.4>

DUSSEL, E. O Eurocentrismo p.17-26. In: **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993a.

DUSSEL, E. Crítica do “Mito da Modernidade” p. 75-87. In: **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993b.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: **“El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global”**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. Disponível em: <https://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>, acesso em: 19 de junho de 2023.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. Trad. de Marcos de Jesus Oliveira. In: **Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia**, v.1, n. 1, Foz do Iguaçu/PR: Universidade Federal da Integração Latino- Americana, p. 12-32. 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645>, acesso em: 04 de abril de 2024.

MONTAÑO, C. **A Natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**: Belo Horizonte | v.26, n.01, 2010 (p.15-40). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?format=pdf&lang=pt>, acesso em: 24 de abril de 2023.



PRZYBYLSKI, M.P. O lugar do Brasil nos estudos decoloniais pelo viés da oralidade. *In: Grau Zero* — Revista de Crítica Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas: Fábrica de Letras, v. 8, n. 2, p. 37-64, jun./dez. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1, acesso em: 18 de junho de 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e Classificação Social. Cap. 2. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. Disponível em: <https://avalaboratorio.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf>, acesso em: 05 de abril de 2024.

SANTOS, M. F. P. Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil. *In: Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul*. V. 2 n. 1(2018). Disponível em <https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/841>, acesso em: 06 de maio de 2023.

SANTOS, V. M. Dos. Notas Desobedientes: Decolonialidade e a Contribuição para a Crítica Feminista à Ciência. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. e200112, 2018.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. J. L.; LIMA, T. C. S.; MARQUE, E. A. B. Filosofia da práxis, pós-colonialismos e Serviço Social no estudo da América Latina. *In: O Social em Questão*. Ano XXIV, nº 51. Set a Dez/2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54040/54040.PDF>, acesso em: 06 de maio de 2023.

